

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC-Zona Leste

CNPJ nº 61.699.567/0015-98

Nota do Administrador

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC-Zona Leste** que integra a S.P.D.M.. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Pres. da S.P.D.M. **Relatório da Administração:** Srs. Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no art. 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/13 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, **Centro Estadual de Análises Clínicas-CEAC-Zona Leste** elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo

como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

des públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do art. 4º, Lei 12.101 de 27/11/09, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. SP, 28.02.14. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Pres. do Conselho Adm. da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios

ATIVO	2013	2012
Ativo Circulante	6.060.758,40	4.684.447,90
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4.1)	1.594.171,59	2.293.403,14
Bancos conta movimento	55.233,93	37.153,16
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	1.538.937,66	2.256.249,98
Clientes (Nota 4.3)	3.382.773,38	1.054.619,43
Secr. Saúde do Est. S.Paulo - CEAC Zona Leste	1.863.971,87	0,00
Provisão de Desp. Rescisão de Contrato	1.518.801,51	1.054.619,43
Outros Créditos	175.220,00	139.762,44
Adiantamentos a fornecedores	97.311,16	64.316,94
Antecipações salariais	809,45	979,15
Antecipação de férias	76.812,16	72.086,72
Outros créditos e adiantamentos	287,23	2.379,63
Despesas Pagas Antecipadamente	10.204,25	14.822,10
Prêmios de seguros e outros a vencer (Nota 13)	10.204,25	14.822,10
Estoques (Nota 4.4)	898.389,18	1.181.840,79
Ativo não Circulante	833.599,89	689.654,32
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (Nota 5)	833.599,89	689.654,32
Bens Móveis	1.331.872,11	1.063.299,14
Ajuste vida útil - bens terceiros	(498.272,22)	(373.644,82)
Total do Ativo	6.894.358,29	5.374.102,22
Contas de Compensação	1.331.872,11	1.063.299,14
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	1.331.872,11	1.063.299,14
Bens recebidos	1.331.872,11	1.063.299,14
Total das Compensações Ativas	1.331.872,11	1.063.299,14

PASSIVO	2013	2012
Passivo Circulante	5.960.758,40	4.584.447,90
Fornecedores	884.340,07	1.113.410,39
Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	215.148,65	307.700,00
Salários a pagar	540.923,25	488.282,25
Contribuições a recolher	151.278,26	138.950,62
Provisão de férias (Nota 4.6)	953.135,44	799.036,76
Provisão de FGTS sobre férias (Nota 4.6)	76.250,84	63.922,94
Provisão de despesas c/quitações (Nota 4.7)	1.518.801,51	1.054.619,43
Impostos a recolher	123.676,19	107.651,19
Obrigações Tributárias	32.416,36	32.857,81
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03	12.514,13	13.678,77
Outras contas a pagar	245.374,74	205.331,81
Contratos públicos a realizar (Nota 6.2)	1.206.898,96	259.005,93
Passivo não Circulante	933.599,89	789.654,32
Provisão de Despesa Proc. Cíveis (Nota 4.10)	100.000,00	100.000,00
Obrigações-Bens Móveis de terceiros (Nota 5)	1.331.872,11	1.063.299,14
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	(498.272,22)	(373.644,82)
Total do Passivo	6.894.358,29	5.374.102,22
Patrimônio Líquido (Nota 7)	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.894.358,29	5.374.102,22
Contas de Compensação	1.331.872,11	1.063.299,14
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros	1.331.872,11	1.063.299,14
Bens recebidos	1.331.872,11	1.063.299,14
Total das Compensações Passivas	1.331.872,11	1.063.299,14

Comparativo das Demonstrações dos Resultados

Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2013	2012
Receitas Operacionais com Restrições		
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições (Nota 6.1)	24.773.930,80	22.935.546,51
Secretaria de Saúde do Estado	24.773.930,80	22.935.546,51
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições	24.773.930,80	22.935.546,51
	0,00	0,00
(+) Outras Receitas com Restrições	3.552.727,39	3.200.432,35
Descontos Recebidos	4.150,45	2.294,84
Financeiras	116.490,85	244.452,89
Isenção usufruída - INSS		
Serv. Próprios (Nota 10.1)	2.686.121,04	2.297.131,68
Isenção usufruída - COFINS (Nota 10.2)	743.217,93	656.552,94
Trabalho Voluntário (Nota 11)	2.747,12	0,00
(=) Receita Líquida com Restrições	28.326.658,19	26.135.978,86
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições	15.533.084,32	0,00
(-) Serviços - Pessoal Próprio	6.505.446,21	0,00
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	2.235.500,84	0,00
(-) Manutenção e Conservação	487.130,70	0,00
(-) Mercadorias	6.305.001,98	0,00
(-) Financeiras	4,59	0,00
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições	12.793.573,87	26.135.978,86
(-) Despesas Operacionais com Restrições	9.361.487,78	23.182.294,24
(-) Serviços - Pessoal Próprio	4.954.229,90	9.783.506,58
(-) Serviços - Terceiros P. Jurídica	3.852.436,68	5.780.828,02
(-) Manutenção e Conservação	49.147,25	0,00
(-) Mercadorias	380.491,33	7.593.549,92
(-) Financeiras	8.573,61	11.390,89
(-) Despesas do Exercício Anterior	0,00	170,68
(-) Outras Despesas	1.594,80	0,00
(-) Tributos	115.014,21	12.848,15
(-) Outras Despesas com Restrições	3.432.086,09	2.953.684,62
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serv. Próprios (Nota 10.1)	2.686.121,04	2.297.131,68
(-) Isenção usufruída - COFINS (Nota 10.2)	743.217,93	656.552,94
(-) Trabalho Voluntário (Nota 11)	2.747,12	0,00
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições (Nota 4.12)	0,00	0,00

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	dez/13	dez/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	(5.000.108,43)
Variáveis nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(2.358.993,66)	2.358.312,87
(Aumento) Redução em estoques	283.451,61	207.258,56
Aumento (Redução) em fornecedores	(321.598,17)	(14.035,12)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.697.908,67	1.543.291,12
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	143.945,57	1.779,63
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(555.285,98)	(903.501,37)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(143.945,57)	(1.779,63)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) ativ. de investimentos	(143.945,57)	(1.779,63)
Aumento (Redução) nas disponibilidades	(699.231,55)	(905.281,00)
No início do período	2.293.403,14	3.198.684,14
No final do período	1.594.171,59	2.293.403,14

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	Dez/13	Dez/12
1 - Receitas	28.210.167,34	25.891.525,97
1.1) Prestação de serviços	24.773.930,80	22.935.546,51
1.2) Outras Rec. (-) Rec. Anuladas do Exec. An.	4.150,45	2.294,84
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	3.429.338,97	2.953.684,62
1.4) Trabalho Voluntário	2.747,12	0,00
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui ICMS e IPI)	12.468.538,57	12.796.549,97
2.1) Matérias-primas consumidas	27.791,07	14.746,19
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	6.657.702,24	7.578.803,73
2.3) Serviço de terceiros e outros	5.783.045,26	5.203.000,05
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	15.741.628,77	13.094.976,00
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	15.741.628,77	13.094.976,00
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	116.490,85	244.452,89
5.1) Receitas financeiras	116.490,85	244.452,89
6 - Valor Adicionado Total (4+5)	15.858.119,62	13.339.428,89
7 - Distribuição do Valor Adicionado	15.858.119,62	13.339.428,89
7.1) Pessoal e encargos	11.459.676,11	9.783.506,58
7.2) Impostos, taxas e contribuições	115.014,21	12.848,15
7.3) Juros	75,02	0,00
7.4) Aluguéis	841.170,21	577.827,97
7.5) Outras Despesas	10.097,98	11.561,57
7.6) Isenção usufruída sobre contribuições	3.429.338,97	2.953.684,62
7.7) Trabalho Voluntário	2.747,12	0,00
7.8) Resultado do exercício	0,00	0,00

conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC - TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

RS

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e Saldos em Bancos	55.233,93	37.153,16
Aplicação Financeira de Curto Prazo	1.538.937,66	2.256.249,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.594.171,59	2.293.403,14

4.2. Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 07) - Valores em Reais

Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
Saldo 31/12/2011		0,00	0,00	0,00	(4.129.305,20)	(870.803,23)	(5.000.108,43)
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transf. para Result. Acum.					(870.803,23)	870.803,23	0,00
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores					5.000.108,43		5.000.108,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	0,00
Saldo 31/12/2012		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social							
Transferência de Patrimônio							
Realização da Reserva de Reavaliação							
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Ajuste de Avaliação Patrimonial				0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício						0,00	0,00
Saldo 31/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - Valores em Reais

1. Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC - Zona Leste** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1. Características da Unidade Gerenciada:** A gestão do **CEAC Zona Leste - Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Leste**, unidade afiliada da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** teve início em 02 Abril de 2007 por meio de parceria com a Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo. O atual contrato de gestão, nº 001.0500.000.018/2012, foi firmado em 09 de abril de 2012 e com vigência até 09 de abril de 2017. A unidade tem por objeto a realização de exames laboratoriais à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde, com qualidade, prestação e excelência procurando atingir e superar as suas expectativas. Garantindo a privacidade e a confidencialidade dos dados e das informações relativas aos usuários. A missão de nossa Instituição é prestar serviços de Análises Clínicas e Anatomia Patológica com alto padrão de qualidade, segurança e confiabilidade, contribuindo para uma saúde pública digna, com responsabilidade sócio-ambiental. **2. Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2.1. Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 25 XIX e art. 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2. Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3. Requisitos para manutenção da isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu art. 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam

aprova a ITG 2002) a entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes as execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de assistências governamentais para que quando do reconhecimento no resultado não traga desequilíbrios entre receitas e despesas provisionadas. **4.4. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 898.389,18. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2013	31.12.2012
Materiais utilizados no setor de Nutrição	2.068,65	2.075,88
Materiais utilizados no setor de Farmácia	4.591,62	6.629,18
Materiais de Almoxarifado	891.676,91	1.173.135,73
Empréstimos a Terceiros	52,00	0,00
Total	898.389,18	1.181.840,79

4.5. Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.6. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.7. Provisão para rescisão de contratos:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. **4.8. Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.9. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.10. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou re-

Descrição	Posição em		Baixa	Ajuste do Exercício	Posição em		Taxas anuais médias de ajustes
	31/12/2012	31/12/2013			31/12/2012	31/12/2013	
Aj. Vida útil de Bens de Terceiros	(373.644,82)	(373.644,82)	14.865,43	(139.492,83)	(498.272,22)		
Bens Móveis	(373.644,82)	(373.644,82)	14.865,43	(139.492,83)	(498.272,22)		
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	(107.508,45)	(107.508,45)	10.000,00	(40.531,17)	(138.039,62)		10,00
Equip. Proc. de Dados	(163.679,98)	(163.679,98)	4.664,25	(51.938,16)	(210.953,89)		20,00
Mobiliário em Geral	(80.166,48)	(80.166,48)	201,18	(35.740,42)	(115.705,72)		10,00
Máq. Utens. e Eq. Divers.	(12.376,91)	(12.376,91)	0,00	(5.923,18)	(18.300,09)		10,00
Apar. e Equip. Comun.	(1.047,23)	(1.047,23)	0,00	(375,60)	(1.422,83)		10,00
Apar. e Utens. Domésticos	(8.865,77)	(8.865,77)	0,00	(4.970,55)	(13.836,32)		10,00
Equip. p/ Áudio Vídeo e Foto	0,00	0,00	0,00	(13,75)	(13,75)		10,00
Aj. Vida útil de Bens de Terceiros	(373.644,82)	(373.644,82)	14.865,43	(139.492,83)	(498.272,22)		

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **6. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **6.1. Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores recebidos diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão. Os valores recebidos diretamente pela Entidade através do Contrato de Gestão representaram no ano de 2013, 100% do total das receitas operacionais. **6.2. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também

conhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2013 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo.

Tipo	Valores em Reais	
	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis	100.000,00	100.000,00
Total	100.000,00	100.000,00

Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2013, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Não houve probabilidade de perda tida como "provável". Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 15.000,00. Não houve, no exercício de 2013, execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável". Para ações cíveis cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 252.561,36. Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade). **4.11. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.12. Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **5. Imobilizado:** O imobilizado da SPDM - CEAC Zona Leste é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuamos documentos de cessão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma: **Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2013**

Descrição	Posição em		Baixa	Posição em
	31/12/2012	Aquisição		
Imob. - Bens de Terc.	1.063.299,14	323.185,11	54.612,14	1.331.872,11
Bens Móveis	1.063.299,14	323.185,11	54.612,14	1.331.872,11
Apar. Equip. Utens. Méd. Odont. Lab.	387.078,41	140.799,20	48.000,00	479.877,61
Equip. Proc. de Dados	253.675,01	46.444,45	6.098,14	294.021,32
Mobiliário em Geral	332.094,57	89.049,18	514,00	420.629,75
Máq. Utens. e Eq. Divers.	51.205,97	13.460,88	0,00	64.666,85
Apar. e Equip. Comun.	3.090,15	3.996,40	0,00	7.086,55
Apar. e Utens. Domésticos	36.155,03	27.785,00	0,00	63.940,03
Equip. p/ Áudio Vídeo e Foto	0,00	1.650,00	0,00	1.650,00
Total Imob. - Terceiros	1.063.299,14	323.185,11	54.612,14	1.331.872,11

toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2013, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0015-98	
Contratos	R\$
001/0500/000.018/2012	23.857.851,96

7. Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido no balanço anterior, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas do ano, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com

restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1.409/12 (item 11) e CFC 1.305/10 (item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimentos no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo de forma que o resultado será sempre "zero". **8. Resultado do Exercício:** Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. **9. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC Zona Leste, apresentou a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
SADT Externo (exames realizados)	5.301.752

10. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CE-BAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: **10.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2013, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.686.121,04. Em 2012, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 2.297.131,68. **10.2. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2013 foi de R\$ 743.217,93. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2012, esse montante foi de R\$ 656.552,94. **11. Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2013 correspondeu a R\$ 2.747,12. **12. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento às legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão composto os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste a Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descrevermos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento. As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dívida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **13. Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Continuidade. Os valores seguros são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **14. Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M. **Ronald Brewer Pereira Freire** - Diretor Técnico **Solange Pereira da Silva Castro** - Contador - CRC 26.2509/O-3

Relatório de Execução do Contrato de Gestão 2013 - Produção Assistencial			Resultado Contábil			Receitas 2013		Despesas 2013	
Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013	Linhas de Contratação	Contratado 2013	Realizado 2013				
Internação	-	-	Urgência/Emergência	-	-	28.326.658,19		28.326.658,19	
Hospital-Dia	-	-	SADT Externo	4.996.516	5.301.752				
Ambulatório	-	-	Total	4.996.516	5.301.752				

Ata da 17ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Ana Luísa Hofling Lima, Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur e Dr. Anderson Viar Ferraresi. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2013 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro 2013, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2013 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD na; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storopoli (HMVJS), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odélmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB),

- Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLÍNICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SF) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedicto Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral a Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2013. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2014. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. Ana Luísa Hofling Lima, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr. Maria Inês Dolci. Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos

(CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVB), Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), UNAD - Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), Policlínicas Municipais de Barueri (POLICLINICAS), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território e o PAIS P.A./P.S., o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2., Programa de Atenção Integral à Saúde SAMU Santa Catarina (SAMU) e o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ) do Governo de Santa Catarina. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 14 de Abril de 2014. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. João Toniollo Neto, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

Relatório dos Auditores Independentes - A Diretoria: 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC - Zona Leste, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de

exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstra-**

ções contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Centro Estadual de Análises Clínicas - CAEC - Zona Leste em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 01 de abril de 2014. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

FB Participações S.A.

CNPJ nº 11.309.502/0001-15

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, a Administração da FB Participações S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, com o relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações das Controladas JBS S.A. e Vigor S.A. estão disponíveis em seus sites e podem ser acessadas através dos endereços www.jbs.com.br/ri e www.vigor.com.br/ri respectivamente, menu Divulgação e Resultados, selecionando a opção Central de Resultados.

Balanços patrimoniais (Em milhões de reais)		Passivo	
Ativo	Nota	31.12.13	31.12.12
Dividendos a receber		96	75
Total do circulante		96	75
Partes relacionadas	4	502	424
Investimentos	5	10.154	9.640
Total do não circulante		10.656	10.064
Total do ativo		10.752	10.139

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhões de reais)								
	Capital social	Transações de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.426	3.037	-	-	56	(697)	(177)	9.645
Transações de capital	-	63	-	-	-	-	-	63
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	127	-	127
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	320	320
Reserva legal	-	-	16	-	-	-	(16)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(76)	(76)
Reserva para expansão	-	-	-	51	-	-	(51)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.426	3.100	16	51	41	(570)	-	10.064
Transações de capital	-	12	-	-	-	-	-	12
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	17	-	-	17
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	179	-	179
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	404	404
Reserva legal	-	-	20	-	-	-	(20)	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	76	-	-	-	76
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(96)	(96)
Reserva para expansão	-	-	-	288	-	-	(288)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.426	3.112	36	415	58	(391)	-	10.656

Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhões de reais)

1. Contexto operacional: A FB Participações S.A. (FB) foi fundada em 23 de setembro de 2009, tendo como objeto social participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holding) e administração de bens próprios. A FB possui 1.255.787.135 ações da Controlada JBS S.A. (JBS), uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro. A FB possui 66.807.150 ações da Controlada Vigor Alimentos S.A., uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro. A JBS é a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, produtos para animais domésticos, biodiesel, colágeno, latas e produtos de limpeza. A JBS está presente em todos os continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China, Rússia, entre outros países. A Companhia possui 66.807.150 ações da Vigor S.A. ("Vigor"), a qual industrializa e comercializa laticínios em geral, leite "in natura" e derivados e também refina, industrializa e comercializa óleos derivados de origem vegetal, macarrão instantâneo, sucos e iogurte. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia incluem: As demonstrações contábeis individuais que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na Nota 3 em todos os exercícios apresentados. Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações

ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09. As demonstrações contábeis consolidadas fazem parte das demonstrações contábeis completas à disposição na sede da Companhia. Essas demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de forma condensada. A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de Abril de 2014. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **b) Investimentos em controladas:** A participação de controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial. **c) Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. **4. Transações com partes relacionadas:** Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial como créditos e débitos com partes relacionadas: **Controladora**

Controladas diretas	Moeda	Vencimento anual	de mútuo	de mútuo
J&F Investimentos S.A.	R\$	14/12/14	502	424
			502	424

5. Investimentos: Informações relevantes sobre as controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Quantidade de ações (em milhões)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido
JBS S.A.	1.256	43,78%	21.506	21.952	927
Vigor Alimentos S.A.	67	44,62%	1.191	1.218	(3)

Diretoria Executiva

Joiesley Mendonça Batista Diretor Presidente	Francisco de Assis e Silva Diretor Executivo de Operações
--	---

Conselho de Administração

José Batista Sobrinho Presidente do Conselho	José Batista Júnior Joiesley Mendonça Batista
--	---

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da FB Participações S.A. São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da FB Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis:

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis consolidadas estão disponíveis no conjunto completo de demonstrações contábeis na sede da Companhia. Estas são demonstrações contábeis condensadas e somente retratam as demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

BDO

São Paulo, 08 de abril de 2014

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Contador - CRC 1SP 124504/O-9

Robinson Meira

Contador - CRC 1SP 244496/O-5